



Os fundamentos teórico-metodológicos marxianos e a crítica ao pensamento pós-moderno

Marxist theoretical-methodological foundations and criticism of postmodern thought

Lorena Ferreira Portes*

 <https://orcid.org/0000-0003-1610-9388>

RESUMO

Este artigo aborda, através de revisão bibliográfica, as críticas aos pressupostos defendidos pelo pensamento pós-moderno à luz do referencial teórico-metodológico marxiano. Apresenta problematizações sobre a interlocução da profissão com os insumos teóricos e políticos do pensamento pós-moderno, apontando as críticas e os enfrentamentos necessários, na perspectiva de reafirmar a teoria social crítica de Marx e o seu legado para os debates da profissão no Brasil. As análises concentram-se em explicitar a negação da totalidade social, da universalidade e da possibilidade revolucionária de superação da sociabilidade do capital pela tendência teórico-política pós-moderna, argumentando em favor de uma análise da realidade e da profissão pela perspectiva da totalidade social, considerando as mediações teórico-práticas a serem evidenciadas, enfrentando os traços anti-intelectuais e praticistas que teimam presença na profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-moderno; Marxismo; Serviço Social.

ABSTRACT

This article, through a literature review, examines criticisms of the assumptions defended by postmodern thought in light of Marx's theoretical and methodological framework. It presents the problematizations interaction with the theoretical and political inputs of postmodern thought, highlighting the necessary critiques and confrontations, with a view to reaffirming Marx's critical social theory and its legacy for debates within the profession in Brazil. The analyses focus on clarifying the postmodern theoretical-political tendency's denial of social totality, universality, and the revolutionary possibility of overcoming the sociability of capital. It argues for an analysis of reality and the profession from the perspective of social totality, considering the theoretical and practical mediations to be highlighted, and confronting the anti-intellectual and pragmatic traits that stubbornly persist in the profession.

KEYWORDS

Postmodern; Marxism; Social Work.

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, Londrina, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL, Londrina, Brasil). E-mail: lorenafportes@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p86-101



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O presente artigo é resultado dos estudos e pesquisas realizados por um profissional de Serviço Social que tem a docência no ensino superior como seu lócus de trabalho e tem, no movimento sindical docente, seu campo de militância.

As problematizações apresentadas no artigo expressam as preocupações com as influências pós-modernas no debate da profissão de Serviço Social no Brasil, particularmente, no âmbito da produção do conhecimento e nas discussões produzidas na academia. Partindo de resultados ainda aproximativos de uma pesquisa, apresentamos considerações sobre premissas pós-modernas que refutam a teoria social crítica de Marx e que se colocam na defesa de uma análise idealista da realidade marcada pela fragmentação, pelo subjetivismo, pela negação da totalidade social e do universalismo, pelo rechaço à classe e às lutas de classe, desembocando em um forte ecletismo teórico.

Estamos em 2025, século XXI, em uma sociedade mundialmente ancorada pela sociabilidade do capital, que se consolida pela acumulação e reprodução ampliada do capital, pela intensificação da exploração do trabalho, pelo aviltamento da precarização do trabalho e da vida social, por opressões étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, dentre outras, e pela fabricação exponencial da miséria e da desigualdade social diante de uma produção intensificada da riqueza social.

Para explicar os fundamentos do modo de produção capitalista e lançar as possibilidades para sua superação, a teoria social crítica de Marx - bem como a produção da tradição marxista de uma forma mais ampla - continua a ser viva, orgânica e atual. Nesse sentido, a recuperação dos fundamentos marxianos no tempo presente é uma necessidade histórica e política, diante das falácias produzidas pelas críticas de pensadores e ideólogos burgueses, conservadores e, especialmente, mas não exclusivamente, dos pós-modernos.

O pensamento pós-moderno, apesar de sua heterogeneidade, tem reunido um conjunto de pressupostos antitotalidade, antiuniversalismo e anti-história, que se espraiam na academia, nos movimentos e lutas sociais. Em nome do pluralismo, da recuperação de novos sujeitos sociais, na centralidade das identidades e da subjetividade, o pensamento pós-moderno tem moldado uma forma de pensar a realidade apartada da crítica da economia política. Sendo assim, torna-se ausente a crítica à teoria valor-trabalho e a perspectiva da revolução. Aliás, setores da esquerda têm se alinhado e simpatizado com certas críticas ao marxismo, extirpando da teoria marxiana o seu cariz radical e transformador, ou seja, a possibilidade histórica de construção de uma sociedade comunista pela revolução.

O Serviço Social brasileiro não está imune a tais influências, pois, ao buscar nas ciências sociais e humanas os insumos teórico-analíticos para compreender a realidade e a profissão, está refém das interferências deste campo ideológico conservador que é a pós-modernidade. Autores como Netto, Santos, Silva e Cantalice têm mostrado preocupação com a incidência do pensamento pós-moderno no Serviço Social, apresentando uma série de problematizações, tendo o marxismo como o referencial teórico-metodológico sustentador de suas críticas.

Diante do exposto, o artigo apresentado tem por finalidade expor, mesmo que brevemente, pressupostos defendidos pelo pensamento pós-moderno que vão de encontro ao referencial teórico-metodológico marxiano. Também objetiva apresentar certos elementos de crítica construídos por autores e autores da área do Serviço Social sobre as implicações teóricas e políticas da interlocução entre pensamento pós-moderno e Serviço Social. Na direção de reafirmar e retomar as contribuições e o legado do marxismo para a profissão, apresentamos apontamentos que julgamos fundamentais para adensar a compreensão e a crítica da tendência teórico-política pós-moderna.

Como procedimentos metodológicos, o artigo produzido é de natureza qualitativa, utilizando-se de uma revisão bibliográfica. Os/as autores/as foram escolhidos considerando sua inegável importância na produção do conhecimento da área sobre o temário em questão. O texto está organizado em dois momentos: a) apresentação de pressupostos pós-modernos na contramão do marxismo; b) problematizações sobre as implicações do pensamento pós-moderno para o debate do Serviço Social.

A teoria social crítica de Marx ainda tem o que nos dizer? A urgente e necessária recuperação dos fundamentos marxianos na crítica do pensamento pós-moderno

Não é novidade que inúmeros velórios dos fundamentos construídos por Marx e pelo Marxismo, de forma mais ampla, foram e continuam sendo realizados. Com distintos e até complementares argumentos, a teoria social crítica de Marx continua sendo alvo de pensadores conservadores — das mais variadas roupagens —, de defensores e ideólogos burgueses e até, de setores da esquerda que, desmedidamente, buscam modernizar ou atualizar o marxismo. Esse movimento não é recente, pois remonta ainda ao final do século XIX, com os desvios revisionistas do marxismo, inaugurados por Eduard Bernstein, membro do partido social-democrata alemão. Sob o discurso de “crise do marxismo” que se potencializou a partir da desagregação da antiga União Soviética e o Leste Europeu e ganhou expressividade com a queda do Muro de Berlim, em 1989, muitos intelectuais e militantes burgueses retomaram o argumento ideológico da “morte do marxismo e do socialismo”.

O marxismo, condenado tanto pelo campo da direita, como também criticado por intelectuais de esquerda, recebe denúncias respaldando-se nas afirmações de que “Marx está ultrapassado, Marx foi superado, Marx é anacrônico, Marx não deu conta disto ou daquilo, Marx não responde mais” (Siqueira; Pereira, 2013, p. 37), inclusive acusando Marx e Engels de não tratarem “questões específicas ou problemas e acontecimentos que se processaram após a morte dos dois revolucionários, como se isto fosse possível” (Siqueira; Pereira, 2013, p. 37). Trataram o construto teórico-metodológico de Marx e Engels, anacronicamente, culpando-os de não responderem às questões atuais, desconsiderando as contribuições de tantos marxistas que, buscando os fundamentos para explicar e interpretar o modo de produção capitalista, responderam às indagações e problematizações da cena contemporânea.

Em contexto diferente e particular, as críticas ao marxismo continuam se revigorando e espraiando-se em diferentes dimensões da vida social, com especial atenção nos movimentos das lutas sociais e na academia. Um denominador comum pode ser

encontrado no conjunto destas críticas: a crítica estaria na metanarrativa marxista, na crise do marxismo e não nos desdobramentos econômicos e políticos das crises do capitalismo. Destacamos na atualidade o espraiamento das críticas pós-modernas que insistentemente direcionam-se em rechaçar os fundamentos marxianos por considerá-los totalitários — esmagando a subjetividade e o papel protagonista de novos sujeitos sociais —; deslocados historicamente por não responderem às exigências e condições econômicas, sociais e políticas do tempo presente que é marcado pela sociedade pós-industrial, pela sociedade do conhecimento e da informação, pela fragmentação, por jogos de linguagem e narrativas, pela centralidade das identidades, pela disputa nos microespaços e negação do universalismo.

O fato é que o pensamento pós-moderno, nas mais diversificadas manifestações, não se configura como um mero modismo que está prestes a desaparecer a qualquer momento. Ao contrário, vem ganhando espaço e seduzindo diferentes ramos da ciência, das áreas do conhecimento, espraiando-se na academia, imprimindo-se nos movimentos sociais e afetando, significativamente, os rumos da luta política e da construção de um projeto de sociedade de cariz emancipador. Ignorar ou desprezar as críticas construídas pelo pensamento pós-moderno é uma atitude anticientífica, no sentido de não enfrentar os nós-críticos que se colocam na atualidade em que a acumulação do capital segue sua rota expansionista, o construto ideológico e político para a sua sustentação vai de “vento em popa”, negando qualquer possibilidade de superação do modo de produção capitalista e, desta forma, colocando a impossibilidade de reivindicar e lutar por uma nova ordem societária- o comunismo -, por meio de uma revolução social protagonizada pela classe que é explorada de forma aviltante.

A própria esquerda vem sendo arrebatada por esse discurso atrofiante e derrotista. Eagleton (1998) chama atenção para essa situação, pois “nos vemos confrontados com a situação de certa forma absurda de uma esquerda cultural que mantém um silêncio indiferente ou embaraçado diante daquele poder que é a cor invisível da vida cotidiana em si, que terminada a nossa existência — às vezes literalmente — em quase todos os cantos da terra, que decide em grande parte o destino das nações e os conflitos cruentos entre elas” (Eagleton, 1998, p. 21). Reforça Eagleton ao criticar a esquerda cultural que “é como se pudéssemos questionar quase todas as outras formas de sistema opressor — estado, mídia, patriarcado, racismo, neocolonialismo -, menos a que com tanta frequência define a agenda a longo prazo para todas essas questões ou, no mínimo, está envolvida com elas até a alma” (Eagleton, 1998, p. 22). Qual seria essa forma? O poder do capital. Assim, “o poder do capital mostra-se agora de uma familiaridade tão desencorajante, de uma onipotência e onipresença tão elevadas, que mesmo grandes setores da esquerda lograram naturalizá-lo, aceitando-o como uma estrutura de tal modo inexorável, que é como eles mal tivessem peito para tocar no assunto” (Eagleton, 1998, p. 22).

Se não é possível suplantar o poder do capital, o caminho a ser percorrido é o de buscar amenizar seus efeitos negativos e humanizá-lo, de construir respostas localistas, fragmentadas e potencializadoras de mudanças possíveis lideradas pelas coletividades, de disputar o Estado neoliberal e penal, mas subsumindo sua natureza classista. As contribuições de Jameson reforçam o rechaço às falácias produzidas pelo pensamento pós-moderno. No seu texto “A lógica cultural do capitalismo tardio” (1991), traz

considerações pertinentes sobre o que ele denomina de “teorias pós-modernas”. Sob o manto de descaracterizar a sociedade capitalista anunciam a chegada e inauguração de um tipo de sociedade totalmente novo, cujo nome mais famoso é “sociedade pós-industrial” que teve como expoentes Daniel Bell (1974), Alain Torrairie (1969) e Lyotard (1979), com ênfases particulares. Essa “nova sociedade” é conhecida também como sociedade do consumo, sociedade das mídias, sociedade da informação, sociedade eletrônica ou *high-tech* e similares. Enfatiza Jameson que as “teorias pós-modernas” têm “a óbvia missão ideológica de demonstrar, para seu próprio alívio, que a nova formação social em questão não mais obedece às leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e onipresença da luta de classes” (Jameson, 1991, p. 29).

Diante dos equívocos analíticos produzidos pelo pensamento pós-moderno que tem, em última instância, a finalidade de escamotear as contradições sociais produzidas pelo modo de produção capitalista, servindo aos interesses do grande capital e inibindo a construção de possibilidades revolucionárias para a construção de uma nova ordem social (comunismo), é que reforçamos a importância e urgência de nos debruçarmos a conhecer, analisar e refutar as premissas pós-modernas sob os fundamentos da teoria social crítica de Marx. O antiuniversalismo pós-moderno calca-se na apreensão de que a sociedade é fragmentada e instável e que não há mais a ideia de sujeito. Rejeita-se a pretensão à unidade e à universalidade e, por isso, não é possível nenhuma representação unificada do mundo. Não há mais sujeito universal, mas grupos particulares. O sujeito está descentrado. Jameson (1985), ao explicar esse descentramento do sujeito, coloca que a pós-modernidade, ocupando o lugar da modernidade clássica, traz um componente novo que se costuma chamar da “morte do sujeito” ou o “fim do individualismo como tal”.

Na rejeição do sujeito e do universalismo, não há lugar para a totalidade. O interesse volta-se à micropolítica e ao localismo. Não interessa o apelo a alguma teoria geral abrangente (metanarrativa) e à presunção universalizante, pois seria ilusão fincar-se em sistemas fixos de representação. Se as totalidades precisam existir para alguém e não havendo pessoa alguma para quem a totalidade represente totalidade, não há mais sua serventia, explicita Eagleton (1999). Para o autor, “o descrédito teórico da ideia de totalidade não surpreende numa época de derrota política para a esquerda” (Eagleton, 1999, p. 12). Se nossas ações políticas não conseguem combater um sistema total, “o melhor conselho seria então que dançássemos conforme a música e partíssemos para projetos mais modestos, porém mais viáveis”. Nessa perspectiva, “não buscar a totalidade representa apenas um código para não se considerar o capitalismo”. Continua Eagleton expondo que “não importa se não há um agente político à mão para transformar o todo, porque na verdade não há um todo a ser transformado. É como se, tendo perdido a faca, declarássemos que o pão já foi cortado” (Eagleton, 1999, p. 25).

Podemos reforçar, diante das exposições, que o universalismo é considerado para os pós-modernos como opressor, pois anularia as subjetividades e as diferenças, e como essencialista e homogeneizador, uma vez que desconsidera o pluralismo. Não é possível definir o humano por uma via universalista. O pluralismo pós-moderno concentra-se na “ideia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima” (Harvey, 1992, p. 52). É urgente criticar o falseamento da realidade promovido pelo pensamento pós-moderno na sua refutação da

totalidade social e da universalidade. Abandonando a categoria teórica da totalidade, o pensamento pós-moderno toma por centralidade no processo do conhecimento do real, o imediato, o efêmero, o fragmento, as representações. Nesse sentido, dissolve-se a ideia de verdade pelo pensamento pós-moderno e essa dissolução “nada mais é que o resultado da “constatação” de que a “realidade”, que para os modernos ainda poderia adquirir uma certa unidade, já é, atualmente, uma infinidade de fragmentos aleatórios, que jamais poderão ser unificados” (Tonet, 2025, p. 09).

Se não é possível o conhecimento pela via do universal, então há o deslocamento para a via do singular e da subjetividade. Se não é possível a verdade (universal), a apropriação da realidade encerra-se nas representações ideais que o sujeito faz sobre o real, portanto, um processo permeado pela subjetividade, pelos valores, pelos interesses e pelas perspectivas do indivíduo que se põe a conhecer. No abandono da totalidade, as análises são construídas por “partes isoladas”, consideradas autônomas em relação aos elementos macroestruturais, independentes das determinações, sobretudo, econômicas, que incidem na realidade. Se, negando a verdade, considera-se que é desnecessário e impossível um conhecimento engajado na reprodução o mais fielmente possível da realidade, o foco está em enaltecer os discursos e as narrativas a respeito da realidade, nas representações que são tecidas sobre o real e não, efetivamente, na captação da verdade (por sucessivas aproximações) que está na própria realidade.

O teor antitotalidade e antiuniversalismo aparece nas teses pós-modernas como louvação às incertezas, numa postura subjetivista, “isolando o sujeito e colocando-o no papel de um “leitor” cuidadoso do mundo, criando seu próprio “jogo linguístico”, sem o recurso às categorias e à busca de correspondência entre esse jogo e a realidade” (Freitas, 2005, p. 62). Nessa direção, o autor enfatiza que o pós-moderno não apresenta uma suposta certeza ou verdade, mas valoriza as multiplicidades de leitura do mundo.

O relativismo é gritante, pois a verdade é considerada como aquilo que se ajusta a um dado sistema de crença em vez daquilo que descreve objetivamente um mundo existente independente do sujeito ou da representação por ele construída. A obra de Lyotard, publicada em 1979, foi referência em negar o estabelecimento da verdade e em direcionar críticas à ciência moderna, preconizando que o saber científico não é todo o saber, mas apenas uma narrativa, diante de outras. Diz Lyotard que o saber não é ciência ou que o saber em geral não se reduz à ciência. Assim, há uma pluralidade de jogos de linguagens. Marx sustentava que o conhecimento é socialmente mediado e que a ciência constitui uma atividade social; o conhecimento científico implica a objetividade do mundo material, na realidade, independente das formas sociais e do trabalho cognitivo do sujeito. As críticas pós-modernas endereçadas à ciência sustentam-se no repúdio a reivindicação do conhecimento científico buscar a objetividade do mundo real pois estaria contaminado pelas ideologias e relações de poder dominantes da cultura que o produz.

A ênfase na “efemeridade, mascaramento e na simulação, como explica Harvey (1992), no “simulacro e falta de profundidade” como caracteriza Jameson (1991), leva a uma perigosa retórica, “já que evita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global” (Harvey, 1992, p. 112). Para Harvey (1992) ao rejeitar a metanarrativa (marxista) capaz de apreender os processos político-econômicos que estão

se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana e obcecados pela desconstrução e deslegitimação de toda espécie de argumento que encontra, os pós-modernistas acabam por condenar suas próprias reivindicações de validade, chegando ao ponto de não restar nada semelhante a uma base para a ação racional.

A perspectiva idealista — que mascara as determinações econômicas, sociais e políticas da realidade e as contradições sociais inerentes ao modo de produção capitalista — foca na subjetividade do sujeito e nas suas representações como as legítimas possibilidades de apreender a realidade e atuar nela. Ao despir-se de uma análise crítica da economia política e prender-se a análises culturalistas, identitárias, fragmentadas, microssituadas e reféns da subjetividade que desconsidera a objetividade do real, o pensamento pós-moderno, com forte influência conservadora, nega a história. Ao negar a história e prender-se a um presentismo ou presentificação (Zanolla, 2003), nega o complexo de forças históricas que determinam o desenvolvimento social, omitindo o processo de lutas sociais, melhor dizendo, das lutas de classes que moveram e condicionaram a história.

A postura anti-histórica pós-moderna está alinhada e submetida a uma direção contrarrevolucionária, pois não haveria mais lugar para as metanarrativas, para as transformações societárias e, dessa forma, para qualquer projeto verdadeiramente emancipador. Como lembra Wood (1999, p. 14–15), ao negar a existência de estruturas e conexões estruturais, bem como a própria possibilidade de “análise causal” e, defendendo a substituição de estruturas e causas por fragmentos e contingências, para os pós-modernos, não há um sistema social, com unidade sistêmica e “leis dinâmicas” próprias; há apenas muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e “discurso”. Nessa seara de compreensão, ao mesmo tempo que temos que rejeitar as antigas “histórias grandiosas”, como os conceitos de progresso do Iluminismo e a noção de processo histórico e causalidade inteligíveis, não seria possível a ideia de “escrever a história”. Pontua a autora que agregada à negação da história situa-se uma espécie de pessimismo político.

Para alimentar a explicação sobre o traço anti-histórico e conservador do pensamento pós-moderno, destacamos as contribuições de Foster (1999, p. 195) que expõe a reificação do presente como elemento defendido pelos pós-modernistas que advogam pelo fim da história, fim da luta de classes e o fim da ideologia. Esses “fins” partem da ideia de que “vivemos em um mundo que é, em certo sentido, pós-histórico, um eterno depois”.

Assim, devemos nos livrar de todas as grandes narrativas, incluindo as de progresso e emancipação. Este livrar-se faz parte de um “ceticismo epistemológico” (Foster, 1999) mais profundo, que satura essa forma de pensamento. Segundo o autor “o pós-modernismo oferece apenas ceticismo quanto à possibilidade de um destino coletivo para humanidade” em que “descrições de qualquer futuro além do presente eterno são consideradas ilusórias e até mesmo perigosas” (Foster, 1999, p. 198). O desprezo pela dimensão ontológica do real faz com que o pensamento pós-moderno (não exclusivamente) não consiga ultrapassar a superfície aparente dos fenômenos societários, esvaindo-se qualquer possibilidade contrarrevolucionária da ordem do capital. É gritante a

funcionalidade ideológica do pensamento pós-moderno, pois incide no comportamento e na vida práticos daqueles que o internalizam.

As críticas marxistas às críticas pós-modernas: apreensão a partir do debate do Serviço Social brasileiro

Considerando a explanação apresentada no tópico anterior, daremos sequência à explicitação das críticas ao pensamento pós-moderno, apontando desdobramentos deste pensamento no debate do Serviço Social brasileiro. As ênfases das críticas estão situadas no plano teórico e político, sustentando-se na defesa do marxismo como vertente teórico-metodológica que contribui para elucidar os tempos atuais alicerçados pelo modo de produção capitalista e fincar uma direção social que sirva de baliza para orientar a formação e o trabalho profissional.

Netto (1996) inicia essa discussão trazendo o alvo da crítica dos pós-modernos: o marxismo. Para o autor, a década de oitenta do século passado assinalou a maioria do Serviço Social brasileiro no domínio da elaboração teórica. A produção teórica influenciada pela tradição marxista foi intensa, caracterizando “a dominância das correntes profissionais inspiradas na tradição marxista” que “ganhou credibilidade tão forte que seus oponentes foram compelidos a uma extrema cautela defensiva” (Netto, 1996, p. 113).

Nessa perspectiva, “a resistência à tradição marxista não encontrava condições para manifestar-se franca e abertamente” e para isso “colaboravam, e com vigor, os vetores ideopolíticos que, na categoria, jogavam contra o conservadorismo, construindo uma cultura profissional politizada à esquerda”, pontua Netto. No entanto, na virada da década, “as bases dessa dominância teórico-cultural começam a ser deslocadas”. Apontando um conjunto de fatores que incidiram sobre esse deslocamento, Netto evidencia a maré-montante da pós-modernidade no espaço universitário. No campo do Serviço Social, o autor explica que a crítica formal às correntes marxistas não se apresenta como antimarxista, mas sob duas formas principais: *uma crítica à ortodoxia e uma crítica às lacunas*.

Santos (2007) ao identificar, na produção do conhecimento, as críticas pós-modernas ao marxismo por pesquisadores/autores da área do Serviço Social, as reuniu em dois grupos. No primeiro grupo encontram-se as críticas de origem conservadora que rejeitam o marxismo e atualizam-se absorvendo, numa moldura sincrética, as proposições pós-modernas. No segundo, existem aquelas críticas que, ainda reivindicando o marxismo em alguns de seus aspectos, recomendam a superação das “lacunas” e o aumento de sua potencialidade explicativa com os “paradigmas pós-modernos”. A autora enfatiza o epistemologismo presente na crítica ao marxismo. Santos argumenta que as teorias pós-modernas são ecléticas.

Cantalice (2013), ao analisar as inflexões pós-modernas na produção do conhecimento da área, identifica que apesar de alguns trabalhos buscarem se pautar no materialismo histórico-dialético enquanto seu método de orientação e análise, o que observou foi a incorporação de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, tendo em vista que indistintamente dialogam com referenciais e elaborações diversas em torno das temáticas,

sem se preocupar com as diferenciações entre elas. Incorreram ao que chamou de “entronização do ecletismo”.

Silva (2022) também chama a atenção para o ecletismo teórico como um dos traços dos discursos pós-modernos. Para o autor, a “opção teórico-eclética pretende manejar “livremente” tradições ou fragmentos considerados úteis para lidar e responder a demandas objetivamente postas ao Serviço Social” (Silva, 2022, p. 78).

Netto, em textos mais recentes, tem mostrado como as diversas formulações do pensamento pós-moderno assentam-se na entronização do ecletismo como cânon metodológico (2010) e no relativismo como postura científica básica (2016). O ecletismo vem disfarçado de pluralismo metodológico pelo pensamento pós-moderno. Seja ancorado em Lyotard para o qual a ciência é um jogo de linguagem ou em Boaventura de Souza Santos que propõe uma transgressão metodológica, a verdade não passa de retórica e a ciência é meramente um dos discursos sobre a realidade. Retomar o debate sobre ecletismo e pluralismo é mais do que necessário em tempos de semiologização da vida social e de relativismo do conhecimento.

Um dos pontos de crítica de vertentes mais progressistas do pensamento pós-moderno (inclusive de segmentos da esquerda) ao marxismo é que esse precisa ser renovado, modernizado ou ainda complementado. Considerando as ditas “lacunas” deixadas por Marx no que diz respeito à gênero, sexualidade e etnia, proclamam os pós-modernos que é preciso retirar o marxismo dos seus muros dogmáticos e do totalitarismo. Assim, o pluralismo metodológico coloca-se como a saída renovadora e de abertura do marxismo. Diriam seus defensores: a realidade é complexa demais para ser “encaixada” em uma única perspectiva teórico-metodológica; em tempos de crescentes crises, instabilidade e desconfiança, não é possível confiar em sistemas que se mostraram fracassados (só o sistema capitalista que permanece pujante e a pleno vapor); se a realidade é fluída, fragmentada, diversa e instável, não há como explicá-la por meio de uma via metodológica universal.

O ecletismo conduz a uma posição ingênua ou menos crítica, até conservadora, pois desconsiderando as diferenças e fundamentos de determinadas posições teórico-metodológicas, em nome de um falso pluralismo, busca-se coadunar análises antagônicas ou com proposições muito distintas. Buscando reconstituir o todo mediante seleção e composição (colcha de retalhos), reconhecendo apenas o que se considera conveniente ou o que melhor “se encaixa”, promove um rebaixamento do rigor teórico e científico, podendo dar brecha para posturas empiristas. Netto (1996), Santos (2007) e Silva (2022) expressam o quanto as marcas do sincretismo e de sua expressão teórica — o ecletismo —, estiveram presentes na gênese da profissão, impactando no seu desenvolvimento e consolidação. Eis mais uma tarefa a ser colocada na agenda de lutas e de enfrentamentos pela categoria profissional: a recusa de posturas ecléticas que ao final acabam por contribuir com a afirmação e defesa de análises superficiais, localistas, imediatistas, idealistas e contrarrevolucionárias.

A sedução produzida pelos pós-modernos sobre a necessidade de incorporar ao marxismo a discussão de temáticas que não foram alvo prioritário ou de atenção tão cuidadosa de

Marx e Engels — o que é, de fato, uma motivação importante —, não pode nos levar à falácia de interpretar o marxismo como uma teoria insuficiente, frágil e impotente para responder às questões do tempo contemporâneo, como se estivesse ultrapassada e não atendesse às mudanças da sociedade em seus mais variados aspectos. O que buscamos explorar é exatamente o contrário: o marxismo nos fornece os fundamentos para evidenciar as raízes, os nexos e complexos dos complexos que edificam e estruturam o real, evidenciando as suas contradições, seus momentos predominantes e suas articulações teórico-práticas.

Esses fundamentos que explicitam a lógica do capital, bem como as categorias inerentes à realidade que só podem ser apreendidas — por um amplo processo de mediações e aproximações — no e pelo pensamento através de uma elaboração teórico-analítica, servem para elucidar os determinantes econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos que cravam o modo de produção capitalista, desdobrando-se no conjunto de suas contradições sociais; por outro lado, alimentam as investidas contrarrevolucionárias a serem potencializadas contra essa formação econômica e social que produz miséria, injustiças, desigualdades, barbárie e toda forma de opressão.

É no repúdio às investidas ecléticas que precisamos dar robustez às pesquisas da área do Serviço Social à luz do pensamento crítico marxiano. O combate teórico e político precisa ser recolocado novamente na mesa, como bem fazíamos nas décadas de 1980 e 1990. Defender o pluralismo verdadeiro não extirpa a urgência de dar os devidos nomes aos campos teóricos que se apresentam no circuito universitário e no debate da área. Sim, os pós-modernos existem e não são poucos. Ainda mais preocupante: em nome, seja do projeto ético-político, seja de uma direção “crítica” e “progressista”, colocam-se num mesmo patamar elaborações teóricas que são conflitantes e inconciliáveis. Porém, o pretensão progressismo esconde as diferenças e antagonismos fulcrais entre as teses pós-modernas e as teses marxianas: o cariz revolucionário do marxismo e o cariz transgressor e de resignação da vertente pós-moderna de feição progressista.

O referencial teórico-metodológico marxiano contrapõe-se ao relativismo teórico presente nas postulações pós-modernas, mas não somente presente nelas — ao advogar a busca pela verdade do real. Sim, “há somente uma verdade a respeito de cada objeto” (Tonet, 2021) e essa verdade teórica de um objeto “é a sua reprodução integral, ou seja, que o sujeito deve capturar a lógica própria do objeto, não lhe imputar uma lógica qualquer” (Tonet, 2021, p. 16). A interpretação da realidade na perspectiva da totalidade social é um desafio premente que também está presente no Serviço Social. É preciso considerar um aspecto ainda persistente na área do Serviço Social: *desprezo por uma teoria crítica e tendência anti-intelectual*.

Considerando que o trabalho de assistentes sociais tende a focar no microsocial, na demanda “recortada” que aparece para ser atendida pelos/as profissionais, gerando uma falsa ideia de que não possui vinculações com as contradições sociais do modo de produção capitalista e que, portanto, não expressam as manifestações das lutas de classes, mas como demandas pontuais, individuais e fragmentadas, o teor praticista/pragmatista influencia à medida que desvaloriza a necessidade da articulação teórico-prática.

Como pontuou Guerra (2013, p. 41), “a supressão das mediações teóricas e ideopolíticas, próprias da apreensão da realidade na imediaticidade do cotidiano, leva a uma apropriação da realidade como carente de mediações”. Desta forma, “a abstração das mediações como resultado de uma apreensão da realidade na sua imediaticidade é o procedimento da consciência comum, própria do cotidiano, que não questiona a gênese e não alcança a apreensão dos fundamentos” (Guerra, 2013, p. 41). Descarta-se, por consequência, a teoria como elemento capaz de fomentar uma compreensão mais rica de determinações, da totalidade do real, da superação da fragmentação e superficialidade do terreno cotidiano. Põe-se a desqualificação da teoria como ferramenta analítica fundamental para pautar o trabalho profissional, uma vez que seríamos “os profissionais da prática” a dar respostas pontuais no cotidiano, por meio de ações técnicas que não exigem uma ação reflexiva de natureza teórico-metodológica.

Aqui se faz presente uma equivocada apreensão de que só interessa mobilizar conhecimentos diretamente ligados à intervenção, reduzindo-os para o campo das legislações sociais, dos conhecimentos instrumentais e das orientações para execução das políticas sociais. O que extrapola esse universo é considerado “não funcional” ao atendimento das demandas profissionais, dada a natureza prático-interventiva da profissão. Pode aparecer, nesta situação, ou desprezo total pela teoria ou, quando mobilizada, reivindicar-se que ela seja “aplicável” ao que se coloca no imediato. Uma teoria eficiente deve responder eficientemente a prática, caso contrário, não teria validade.

A rejeição ao marxismo comparece na profissão, por vezes, por essa ótica que o considera um referencial teórico que não responde às questões da prática e do fazer profissional. Espera-se da teoria um guia para ação, reforçando uma concepção pragmática da teoria como apontam Guerra e Montaño (2024). A renúncia de teoria (na versão irracionalista) ou renúncia de uma teoria crítica emancipatória — que não se reduz à emancipação política, mas tem como horizonte a emancipação humana —, aparece como um dos aspectos que fundamenta o conservadorismo pós-moderno.

Esse quadro indica outro elemento historicamente presente na profissão: o anti-intelectualismo. Considerado como profissional da prática, numa concepção esvaziada, despolitizada e meramente instrumental, os/as assistentes sociais são postos como técnicos e não como intelectuais. Cria-se até uma falsa dicotomia: ou ele é um técnico bem adestrado ou é um profissional intelectual que pensa criticamente sobre seu trabalho e a realidade social em que está inserido. Discordamos de tal apreensão, pois considerados que o/a assistente social não se enquadra como meramente um técnico, embora seja um profissional que mobiliza conhecimentos técnicos que o habilitam a desempenhar um determinado ofício, ocupando um determinado lugar na divisão social e técnica do trabalho. Se assim não fosse, não haveria justificativa para a existência da profissão. Mas, sua formação específica, dotada de conhecimentos técnicos especializados, operacionais e instrumentais que o habilitam a atuar como assistente social não se resume a um caráter tecnicista, desprovido de conhecimentos teórico-analíticos e de um posicionamento ético-político.

Desta forma, na recusa do intelectualismo, é preciso alargar a análise sobre o trabalho profissional e sobre o perfil de um profissional crítico e atento às questões do seu tempo,

que não se coloca como uma profissional que unilateralmente “responde e reage” reproduzindo traços subalternos do exercício profissional (Netto, 2009), mas que constrói respostas pensadas, planejadas para longo alcance, com direcionamento político e análise teórica. Por certo que o campo teórico-analítico pode contribuir para o campo da intervenção no sentido de calcar as respostas profissionais.

No entanto, não é determinante ou não se coloca como momento predominante, mas pode mobilizar os/as profissionais a problematizarem a realidade social, institucional e profissional que os cercam. É num processo de intensas e contínuas mediações e contradições que o trabalho de assistentes sociais (como qualquer outro ofício profissional na ordem do capital) se debruça e se desenvolve. Colocado no patamar de ampliação e reafirmação de direitos sociais e humanos, de alargamento da participação dos/as usuários/as nas diferentes instâncias da organização política; da desburocratização do acesso aos serviços, benefícios, projetos e demais ações que se colocam no campo dos direitos (mesmo reconhecendo seus limites burgueses); de enfrentamento de posturas autoritárias, policiaesca e discriminatórias; de problematização do papel do Estado e de seu atrelamento aos interesses do capital; de reivindicação de melhores condições de trabalho e ampliação de políticas sociais (mesmo que saibamos que, em última instância, são funcionais ao capital para reprodução da força de trabalho), o trabalho precisa ser pensado teórica e politicamente.

Netto (2017) alerta sobre a hipertrofia que tende a insistir na área do Serviço Social: reduzir a intervenção profissional ao exercício técnico elementar de uma assistência refilantropizada e, de outro, reconduzir o discurso teórico-profissional a âmbitos sociais microscópicos. Aponta o risco que a profissão enfrenta, de um lado, perdendo o estatuto acadêmico a que se alçou com a sua consolidação, convertendo-se em profissão mera e elementarmente técnica e de segunda linha; de outro, os intentos de renovação crítico-teórica tendem a recolocar, mais sofisticadamente, os impasses e limites de uma profissão de corte “psico-social” como é verificável em significativos e recentes esforços de teorização profissional. Não é um detalhe a ser menosprezado, pontua Netto, que, nesses esforços, intencionalmente críticos, a categoria teórica da *exploração* não compareça inclusive em boa parte daquelas elaborações que procuram pensar numa perspectiva “anti-opressiva”.

A partir das considerações expostas, reforçamos a importância de reafirmar a teoria social crítica de Marx como referencial teórico-metodológico capaz de analisar e responder às problemáticas do tempo presente, evidenciando as raízes das contradições sociais que marcam a sociabilidade burguesa, nas múltiplas manifestações da desigualdade social e das opressões sociais, bem como elucidar as possibilidades revolucionárias para a superação do modo de produção capitalista. Assim, desnudar e refutar os pressupostos pós-modernos é imprescindível para os/as assistentes sociais que lidam cotidianamente com as implicações sociais de uma formação econômica, social, política e cultural marcada pela exploração entre as classes sociais do sistema capitalista, para não recair em uma análise fragmentada e idealista da realidade social. Vimos defendendo ao longo do texto, que precisamos nos articular às lutas classistas. Isso não implica afirmar que a profissão de Serviço Social tem caráter revolucionário e transformador.

Não é possível adjetivar uma profissão de um referencial teórico-metodológico. Não há Serviço Social marxista. Dada a natureza profissional, a articulação com a luta geral dos/as trabalhadores/as e não se encontra efetivamente nos quadros institucionais e das políticas sociais. Porém, a luta anticapitalista (verdadeiramente revolucionária) precisa estar nos debates da categoria profissional, não como sua “tarefa profissional”, mas como horizonte das lutas classistas. É fundamental retomar e reforçar a direção social crítica que foi e continua sendo construída pelo Serviço Social.

Diante desses apontamentos, é mister colocar sob reflexão o que estamos situando e compreendendo por uma direção social crítica. Se se pretende colocar na crítica da sociedade de classes — direção anticapitalista e revolucionária —, é preciso retomar os fundamentos que lhe servem de insumo para análise da realidade e da própria profissão. O risco de deslizar para o ecletismo é imenso, pois em nome de uma direção social crítica cometem-se “crimes teóricos e políticos”. É preciso um acerto de contas sobre qual a direção social e política que servirá como âncora para o debate da profissão? Quais os seus fundamentos teórico-metodológicos? Qual será seu horizonte de lutas? O que está sendo compreendido por direção crítica? Se a crítica se coloca como crítica radical, ou seja, como a explicitação da raiz das contradições sociais oriundas do capitalismo visando sua superação no caminho da emancipação humana, não é qualquer crítica travestida de transgressão que responderá a um posicionamento radicalmente crítico. Para enfrentarmos “os pós-modernos cantos das sereias” é preciso muito mais que resignação e denúncia. É preciso retomar e reforçar o debate sobre os fundamentos implacáveis da teoria social crítica de Marx para não só interpretar o tempo presente, mas lançar as possibilidades e estratégias para o enfrentamento e superação de suas barbáries e opressões.

Considerações finais

Os apontamentos apresentados no artigo direcionam-se em afirmar a atualidade e vitalidade do referencial teórico-metodológico marxiano para a interpretação do tempo presente, diante de intensas transformações sociais de toda ordem que impactam, severamente, nas relações de produção e nas relações sociais que permeiam a vida social. A partir de problematizações sobre a incidência do pensamento pós-moderno e da sua crítica ao marxismo, portanto, da análise da realidade sob o prisma da totalidade social, equívocos pós-modernos têm se apresentado — seja no campo da academia, na produção do conhecimento e no direcionamento das lutas sociais —, acusando a teoria social crítica de Marx de totalitária, de desqualificação do sujeito e das subjetividades, de estar ultrapassada uma vez que nos encontramos em uma sociedade pós-industrial e, por isso, desatualizada. Reivindicam-se, por um lado, a sua modernização, diante da indicação de lacunas.

Os pressupostos defendidos pelo pensamento pós-moderno constituem uma forma de analisar a realidade de forma fragmentada, micro localizada, idealista, despida da crítica da economia política, presa em abordagens ecléticas que, ao cabo, reforçam e reproduzem um traço conservador, contrarrevolucionário e derrotista no plano teórico e político. Inclusive, intelectuais, pesquisadores e militantes da esquerda estão cada vez envolvidos com as ilusões pós-modernas de que, uma vez que não é possível suplantar o capitalismo,

resta-nos enfrentar, na medida do possível, os efeitos mais deletérios da sociabilidade burguesa. Aqui, as premissas identitárias roubam a cena, desprovidas de vinculação com a perspectiva da totalidade social, desconsiderando a classe social como elemento primordial nas análises e lutas sociais.

O Serviço Social, como profissão e área de conhecimento, não está imune às inflexões do pensamento pós-moderno. Dessa forma, colocar em evidência os pressupostos teórico-políticos da pós-modernidade é uma exigência histórica e política, uma vez que o Serviço Social brasileiro, no processo ainda vivo de sua renovação crítica, buscou no marxismo os fundamentos teórico-metodológicos para construir uma crítica radical do modo de produção capitalista, ressaltando os desdobramentos das contradições sociais, que reverberam na realidade social e que explicitam, as desigualdades sociais inerentes a esse modo de produção.

À luz do marxismo, o debate profissional alavancou a construção de uma direção social estratégica que, como horizonte, coloca-se na defesa e na luta por uma nova ordem societária, sem exploração entre as classes e sem opressões. Demarcando as limitações de um campo profissional e das políticas sociais onde se desenvolve o trabalho de assistentes sociais, tem-se um posicionamento crítico movido pela possibilidade histórica de um processo revolucionário que suplante a sociedade capitalista.

Nesse sentido, é preciso conhecer e enfrentar as investidas pós-modernas que encontram espaço na profissão, por vezes disfarçada, camuflada e maquiada de progressista. Consideramos que o referencial teórico-metodológico marxiano possibilita aos assistentes sociais, uma análise da realidade social na perspectiva da totalidade, contrapondo-se a elaborações superficiais, subjetivistas, idealistas e conservadoras. Por óbvio que não é suficiente, mas é fundamental e urgente. O construto teórico-analítico pode favorecer posicionamentos políticos que se coloquem no campo dos enfrentamentos das desigualdades e injustiças sociais, de toda forma de violência e opressões e de barbárie social endereçadas à classe trabalhadora.

Referências

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social**. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

EAGLETON, Terry. De onde vêm os pós-modernistas. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy (org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FOSTER, John B. Posfácio: Em defesa da história. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John B. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo** (org.). Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FREITAS, Luiz C. de. **Uma pós-modernidade de libertação**: reconstruindo as esperanças. Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2005.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**, v. 16, n esp., p. 39–49, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300004>

GUERRA, Yolanda; MONTAÑO, Carlos. **Serviço Social crítico**: teoria e prática: uma análise dos fundamentos do Serviço Social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão. Campinas: Papel Social, 2024.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1991.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernidade e sociedade de consumo**. Tradução de Vinicius Dantas. Revista Novos Estudos CEPRAP, n. 12, 1985.

LYOTARD, J. C. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2009.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, Ano XVII, n. 50, abr. 1996. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/2022-1/disciplinas/servico-social-2/unidade-2-texto-5/transformacoes%20societarias%20Netto%20-1.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2026.

NETTO, José Paulo. Posfácio de O estruturalismo e a miséria da razão. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, José Paulo. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. In: BRAZ, Marcelo (org.). **José Paulo Netto**: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: OLIVEIRA e SILVA, Maria L. (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, Josiane S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José F. S. da. Serviço Social e tendências teóricas: o sentido da crítica. In: SILVA, José F. S. da (org.). **Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas**: contribuições ao debate latino-americano. São Paulo: Cortez, 2022.

SIQUEIRA, Sandra M. M; PEREIRA, Francisco. **A vigência do marxismo e os desafios da lua socialista**. Salvador: Arcádia, 2013.

TONET, Ivo. **Modernidade, pós-modernidade e a razão**. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/MODERNIDADE_POS-MODERNIDADE_E_RAZAO.pdf. Acesso em: 16 nov. 2025.

TONET, Ivo. Pluralismo metodológico: falso caminho. **Revista GESTO-DEBATE**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 1, p. 1-22, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/gestodebate/article/view/17140>. Acesso em: 27 mar. 2026.

WOOD, Ellen M. A agenda pós-moderna. In: WOOD, Ellen M.; FOSTER, Jhon B. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ZANOLLA, Sílvia R. S. O pensamento pós-moderno sobre a cultura do espírito tolerante: o solapar do irracionalismo na modernidade pela perspectiva anti-histórica. **Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação, UFG**, v. 28, n. 1, p. 67–82, jan./jun. 2003. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v28i1.1441>

*Submetido em: 19/10/2025
Revisto em: 12/12/2025
Aceito em: 22/12/2025*